



Prefeito empossa gestão 2008-2009 do CMS

No dia 20 de fevereiro o Prefeito do Recife, João Paulo, empossou 180 novos conselheiros municipais e distritais de saúde do Recife. Os conselhos de saúde têm a função de atuar no controle social do SUS, deliberando, formulando e acompanhando a política e as ações de saúde da cidade. Desse novos conselheiros, 48 são do Conselho Municipal de Saúde (CMS-Recife) e 132 dos seis conselhos distritais de saúde.

Os mandatos dos conselheiros terão duração de dois anos, de 2008 a 2009. No ato de posse, o Prefeito João Paulo destacou o caráter democrático nas medidas implantadas na cidade. "Na história do Recife, nunca se viu tanta democracia como acontece no Orçamento Participativo e nos conselhos municipais de saúde", registrou. A nova gestão foi eleita na 8ª Conferência Municipal de Saúde, realizada



■ Evento reuniu prefeito, secretários e conselheiro(a)s

em setembro de 2007. Na ocasião, os cidadãos tiveram a oportunidade de avaliar as condições da saúde pública municipal e dar sugestões.

A posse aconteceu numa cerimônia no Forte das Cinco Pontas. Na ocasião, a Secretária Municipal de Saúde, Tereza Campos, ressaltou que "os conselheiros devem ser presença permanente nas comunidades, além de exercer o papel de colaboradores na garantia ao acesso à saúde".

Conselheiros planejam ações

Nos dias 3 e 4 de abril os Conselheiro(a)s Municipais de Saúde do Recife se reuniram para elaborar e aprovar o Planejamento Estratégico do órgão sobre o Controle Social das ações de saúde. As principais atuações e metas foram especificadas e propostas com base nas demandas apresentadas pelos conselheiro(a)s, tendo como missão principal "atuar em defesa dos princípios do SUS". Tais princípios propõem "o acompanhamento das fiscalizações e das deliberações sobre as Políticas de Saúde no âmbito municipal, visando a garantia da qualidade dos serviços do setor e a ampla participação da sociedade".

Durante o encontro, foram aprovados quatro eixos, no plano de ações, que irão conduzir as atividades do(a)s conselheiro(a)s para essa gestão. Ações estas que visam um maior entrosamento entre o CMS e as diversas secretarias de Governo, bem como as demais



■ Conselheiro(a)s discutiram controle social

instâncias de representações da população. Sendo assim, o CMS-Recife acredita que a interação com a população trará uma visibilidade maior das ações do SUS.

A conselheira Fátima Menezes da Silva, representante do segmento dos usuários, falou em nome dos conselheiros empossados.

Despedida - Durante a cerimônia de posse, o ex-conselheiro do CMS-Recife Reginaldo Cordeiro do Nascimento se despediu da gestão e deu as boas-vindas aos novos conselheiros. No discurso, Reginaldo defendeu a democracia, o acesso à saúde, o controle social e lembrou a luta de homens históricos em defesa dos direitos coletivos. "No dia em que os trabalhadores e o povo tomarem as rédeas das transformações que o País precisa, elas acontecerão. O Conselho representa o controle social e vivemos esse direito às custas do sangue derramado por Frei Caneca, Manoel Lisboa, Padre Henrique, Gregório Bezerra, Luis Carlos Prestes e muitos outros. Fomos nós, os trabalhadores e o povo, que construímos esse momento. Por isso, se apropriem da lei que dá autoridade a vocês para fiscalizar e defender as ações na saúde", ressaltou. Reginaldo ainda registrou avanços na relação entre os servidores, o Conselho e o Governo Municipal, já que o SUS é um sistema pactuado.

VEJA NESTA EDIÇÃO

20 anos do SUS

As comemorações do Sistema Único de Saúde

■ PÁGINA 2



Secretária de Saúde fala sobre Comabte à Dengue

■ PÁGINA 3

Resultado da Caravana do Crepepe em Pernambuco



■ PÁG 3

EXPEDIENTE

Jornal do
CMS - RECIFE
Conselho Municipal de Saúde



Ano III - Número 4 | junho a julho de 2008

Publicação trimestral do Conselho Municipal de Saúde do Recife (CMS-Recife), Rua Major Codeceira, 194, Secretária Executiva, Ed. Julião Paulo da Silva - Santo Amaro, Recife. CEP: 50.100-070. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte. Os textos assinados são de responsabilidade dos seus autores.

Coordenador-geral

Frederico Jorge de Souza Leite

Comissão Executiva (coord.)

Maria de Fátima Menezes da Silva

Comissão de Orçamento e Planejamento (coord.)

Evódia Lima Alves de Souza

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Ações e Serviços de Saúde (coord.)

Reneudo Guedes da Silva

Comissão de Formação e Articulação de Conselhos (coord.)

Antônio Carlos Santiago dos Santos

Comissão de Comunicação e Informação (coord.)

José Ribeiro da Silva

Comissão de Ética (coord.)

José Ademir Luiz da Silva

Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST-Recife)

Lindinere Jane Ferreira.

Jornalista Responsável

Fernanda Rodrigues (DRT/PE - 3227)

Reportagens, edição e revisão

Fernanda Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação

Jônatas Campos (DRT/PE - 3411)

1jonatas1@gmail.com

Fotos

Arquivo e Prefeitura do Recife.

Informações, sugestões, reclamações e denúncias

Fone: (81) 3232.2180

E-mail: cms-recife@recife.pe.gov.br

Horário de Atendimento

Dias úteis: 8h às 17h

Tiragem

7.500 exemplares



EDITORIAL

O Conselho Municipal de Saúde na gestão 2008-2009 inova não só com a posse dos novos conselheiros (as), mas também no campo de suas ações. Fizemos o Planejamento Estratégico dando monitoramento às metas a serem cumpridas na agenda política do Conselho.

Outro sinal de mais uma inovação é o Conselho nos Mercados, onde a distribuição dos jornais se dará em contato direto com a população contando ainda com a presença de grupos culturais. A ação promoverá interação entre o Conselho Municipal de Saúde do Recife e a comunidade local, buscando uma proposta democrática e popular já que, historicamente, o recifense é um frequentador habitual dos mercados.

Interação do Conselho com a sociedade

Faremos também interface com os Conselhos Distritais e Gestores nas Unidades de Saúde.

As condições sócio-ambientais precárias em que vive a maioria da nossa população é um agravante na proliferação do Aids aegypti. Um dos principais fatores é a irregularidade no abastecimento de água, obrigando a população a armazenar o produto em qualquer recipiente.

Por isso é importante que todos (as) conselheiros (as) juntamente com a população em geral assumam suas responsabilidades nas atividades de prevenção quotidianas e cobrem dos governos municipal, estadual e federal, políticas efetivas de enfrentamento à dengue.

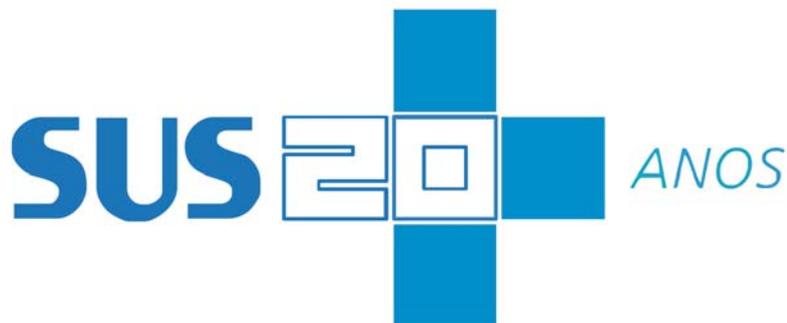
Vinte anos do SUS

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) completa 20 anos este ano com a mesma intenção de ampliar o acesso ao atendimento público de saúde a todos os brasileiros. O sistema ainda não é o ideal, mas já mudou bastante a realidade

de quem não podia realizar consultas médicas, exames laboratoriais, cirurgias e atendimento de emergência. Até 1988 as ações do Ministério da Saúde se resumiam em atividades de prevenção de doenças, como campanhas de vacinação, e à assistência médico-hospitalar para poucas doenças. Para a Constituição de 1988, "saúde é um direito de todos".

Antes do SUS a assistência médica era restrita aos trabalhadores que contribuíam com a previdência social, as pessoas com carteira assinada ou autônomos contribuintes. Aos trabalhadores informais e desempregados restavam apenas os serviços filantrópicos, que atendia os "indigentes". Com o SUS, símbolo da busca pela mudança da saúde pública nacional, a rede de serviços públicos (postos de saúde, hospitais, laboratórios, hemocentros, fundações e institutos de pesquisa) passaram a atender por meio do sistema qualquer cidadão.

As áreas de atuação do SUS são de grande abrangência: atenção integral à saúde, inclusive assistência farmacêutica; controle e fiscalização de alimentos, água e uma grande diversidade de produtos; participação na área de saneamento; educação em saúde; formação de recursos humanos; desenvolvimento de pesquisas; e ações de vigilância epidemiológica,



■ Universalidade do acesso à saúde é intenção principal do Sistema

nutricional, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador.

O SUS é um sistema em permanente construção que tem como princípios norteadores, definidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Saúde, a universalidade de acesso, a integralidade da atenção, a equidade na definição das prioridades, e como diretrizes estratégicas para sua efetivação: a descentralização, regionalização e hierarquização das ações e serviços; e, sobretudo, a gestão democrática com a participação popular.

É importante frisar que a participação da sociedade no sistema, é um grande diferencial e se dar de diversas maneiras, mas sobretudo pelos instrumentos de controle social: as Conferências de Saúde, que tem um caráter propositivo, sendo realizadas a cada dois anos; e os Conselhos de Saúde, que possuem caráter deliberativo e permanente, sendo compostos de forma paritária por representantes dos segmentos de usuários, trabalhadores e gestores. Essas instâncias de participação são importantes mecanismos para a garantia do direito à saúde e para a busca constante da qualidade das ações e serviços ofertados.

Prefeitura intensifica combate à dengue em toda a cidade

A Prefeitura do Recife (PCR) intensificou as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, que, até o mês de maio deste ano já havia sido notificados 4.504 casos, dos quais 1.242 foram confirmados da forma clássica da doença e oito da forma hemorrágica. A Cidade ainda registrou uma morte por dengue hemorrágica.

A secretária municipal de saúde, Tereza Campos, explicou os cinco eixos de trabalho contra a infecção com ações preventivas e assistenciais: controle do vetor; vigilância epidemiológica; assistência à saúde; mobilização da sociedade / parcerias / educação em saúde; e divulgação de informações.

Entre as ações preventivas merecem destaque: a ampliação das visitas aos imóveis para a eliminação de focos do mosquito; a orientação da população; o registro das notificações e investigações dos casos; e a elaboração de boletins semanais para orientar as ações e informar a população.

Na assistência as pessoas com suspeita da doença “temos garantido a qualidade do atendimento de urgência, treinando os profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF), das policlínicas e hospitais. Ampliamos em 54 o número de leitos para pacientes com a doença e oferecemos 50% a mais da capacidade



■ Para segurança de todos, agentes estão sempre fardados e com crachá

dos laboratórios para os exames específicos”, explicou. Tereza também ressaltou a mobilização com o Exército, Corpo de Bombeiros, igrejas, escolas, faculdades e voluntários para conscientizar a população sobre a necessidade de acabar com os focos de reprodução do mosquito.

A divulgação de campanhas educativas como a dos *10 Minutinhos* e *Adeus Dengue*, além da que estimula a hidratação quando houver suspeita da doença, está entre as ações. “Uma das maiores forças é a integração entre Governos Federal, Estadual e Municipal. Trabalhamos em clima de alerta máximo, porque no Brasil circulam tipos de vírus da den-

gue (DEN1, DEN2 e DEN3). Além desses três tipos, ainda existe um quarto (o DEN4), que embora não tenha sido detectado no País, está presente na Venezuela, podendo ser introduzido no Brasil. O vírus da dengue é muito poderoso. A fêmea do mosquito deposita ovos em vários lugares e, esses ovos, podem ficar até um ano nos locais”, alertou.

A Secretária enfatizou que o combate à dengue é uma política de saúde permanente no Recife. “É uma ação conjunta, que envolve vários fatores, como saneamento, e muitas ações”, frisou.

O Conselho Municipal de Saúde do Recife também está neste combate à dengue, pois

essa ação é uma responsabilidade de todos nós. A participação da população para evitar a criação de focos de multiplicação do mosquito em suas casas é fundamental para o controle da doença, porque 80% desses focos estão nos domicílios. Por isso, não custa lembrar: não vamos deixar depósitos d’água destampados; não vamos deixar objetos expostos que possam acumular água da chuva; vamos inspecionar todos locais com água parada pelo menos uma vez por semana; vamos receber bem os agentes de saúde e suas orientações; e se poder também oriente seus vizinhos. Não esqueça: a dengue pode matar! Faça a sua parte.

Cremepe aponta falhas no controle social

Durante quatro anos, de 2005 a 2008, o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) visitou os 184 municípios do Estado para fiscalizar hospitais, entrevistar gestores e conselheiros municipais de saúde e divulgar a cartilha de direitos dos usuários do SUS.

Quanto ao controle social, representado pelos conselhos, a constatação do Cremepe não foi das mais positivas. Em quase todas as regiões, o trabalho confirmou deficiências na organização e na atuação dos conselhos municipais de saúde.

Trecho do relatório divulgado em maio e disponibilizado na página do Cremepe na internet afirmou que a crise na saúde passa por um modelo de gestão insatisfatório e pela escassez de recursos humanos.

“De certo todos os brasileiros conhecem a crise da saúde que vai desde o sub-custeio, passando por um modelo de gestão insatisfatório, recursos humanos insuficientes - em número, remuneração, qualificação e recicla-

gem - até a total falta de cumprimento a Conferência Nacional de Saúde que preconizou a qualificação dos conselhos municipais de saúde”, afirma o texto.

Para o coordenador do Conselho Municipal de Saúde (CMS-Recife), Frederico Leite, os problemas constatados pelo Cremepe precisam ser melhor detalhados, pois, às vezes, passam por falta de vontade política e pela fragilidade da organização social dos municípios. “Notamos a precariedade dos conselhos municipais nas cidades mais afastadas dos municípios de médio e grande porte, que têm uma estrutura melhor. Sentimos que os conselheiros precisam de capacitação continuada, maior organização do segmento e do fortalecimento da identidade da categoria”, avaliou, elogiando a iniciativa do Cremepe.

Mais adiante, o texto frisou que “a saúde da população é entregue à providência divina”. Em praticamente todas as fases da caravana ficou constatada a precariedade dos conselhos

de saúde, cujos “membros titulares e suplentes necessitam urgentemente de capacitação, pois desconhecem suas atribuições.”

O Cremepe registrou a deficiência no SUS em todas as regiões de Pernambuco e, em alguns municípios, os próprios conselheiros desconhecem a composição do órgão, como também seu funcionamento.



■ Todos os municípios de PE são visitados

Fiscalização conjunta garante qualidade do controle social

Criar uma proposta de atuação em conjunto com gestores distritais e departamentos da Secretaria Municipal de Saúde é o objetivo da Comissão de Fiscalização do CMS-Recife, em 2008. De acordo com o colegiado, as ações conjuntas devem contemplar o sistema de saúde da cidade do Recife com eficácia na administração e na qualidade dos serviços.

Em maio, a Comissão se reuniu com a secretária de saúde, Tereza Campos, para discutir a falta de infraestrutura dos colegiados, cuja responsabilidade é da gestão municipal. No encontro, a secretária informou que se reunirá com a Diretoria Financeira da Prefeitura do Recife a fim de resolver o problema, garantindo a boa ação do controle social na saúde.

O coordenador da Comissão do CMS-Recife, Renê Guedes, fez um alerta aos demais Conselhos Distritais e Unidades de



■ Conselheiros reunidos discutem melhores condições de fiscalizar a saúde

Saúde. “Devemos atuar ativamente na medida das nossas capacidades, pois estaremos prestes a não assegurar credibilidade junto aos segmentos envolvidos. Nos últimos dois anos, 15, dos mais de 50 conse-

lhos, nos obrigam a apresentar resultados positivos”, ressaltou. O colegiado, no entanto, torce pela boa atuação da Comissão de Formação de Articulação do CMS-Recife, no sentido de contribuir para o fortalecimento dos conselhos distritais e de unidade. “Fortalecidos, eles atuarão com eficácia na atividade de fiscalizar”, enfatizou Guedes.

Relatório – A fim de viabilizar o objetivo de garantir a resolubilidade das necessidades do sistema de saúde, a Comissão de Fiscalização criou algumas medidas. Para isso, pretende-se elaborar relatórios em parceria com as gerências distritais, fortalecendo a rede de

CMS aprova indicadores para 2008

Em maio de 2008 a Secretaria Municipal de Saúde apresentou ao CMS as metas propostas referentes aos indicadores pactuados para o acompanhamento das ações e resultados na saúde deste ano.

Os indicadores foram definidos pelo Ministério da Saúde com aprovação no Conselho Nacional de Saúde para pactuação das metas entre estados e municípios.

As metas foram propostas com base nos resultados alcançados no ano anterior para os 40 indicadores que compõem os seguintes eixos prioritários: saúde da pessoa idosa; controle do câncer do colo do útero; redução da mortalidade infantil e materna; promoção da saúde; fortalecimento da atenção básica; saúde do trabalhador; saúde men-

tal; combate às doenças endêmicas (dengue, hanseníase, tuberculose, hepatite e Aids); e responsabilidades gerais do pacto de gestão.

Secretaria Municipal de Saúde quer reduzir taxa de mortalidade por dengue hemorrágica.

Em relação à dengue, por exemplo, a meta é aumentar o controle da doença e reduzir a mortalidade pela forma mais perigosa, a dengue hemorrágica.

Em 2007, no Recife, a taxa de letalidade por dengue hemorrágica foi de 8%. Para 2008 a Secretaria Municipal de Saúde propôs reduzir esta taxa para 6%.

Após a apresentação da proposta iniciou-se o debate em plenário e ao final o CMS-Recife deliberou pela aprovação das metas que terão os resultados avaliados, no início do próximo ano, por meio da apresentação do Relatório Anual de Gestão.

CNS apóia fonte fixa de financiamento

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) defende a criação de uma contribuição destinada exclusivamente ao financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde.

A entidade convoca a população a participar de um movimento em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que fixa os percentuais mínimos a serem aplicados no setor.

Os investimentos serão repassados anualmente por municípios, Estados, Distrito Federal e União. A decisão foi tomada na 38ª Reunião Extraordinária do CNS, em 28 de maio. Para o CNS, a aprovação da proposta é a única forma de garantir a viabilidade da Emenda nº 29.

Por isso, o Conselho também apóia os parlamentares que lutam a favor da saúde pública.